



São Josemaria Escrivá

Fundador do Opus Dei

Início - Documentação - Relatos - São Josemaria e Pio XII

São Josemaria e Pio XII

Pilar Urbano

1946. As primeiras palavras de afecto e alento que escuta em Roma são de Mons. Giovanni Battista Montini, um italiano de Brescia, inteligente e sensitivo que, desde o fim da guerra mundial, cuida da delicada tarefa de restabelecer as relações diplomáticas do Vaticano. Passados vários anos, Montini governará a Igreja com o nome de Paulo VI.

Agora, como se intuísse que mais cedo ou mais tarde Pio XII e o Fundador do Opus Dei manteriam um relacionamento contínuo, Montini começa já a «atapetar» o primeiro encontro com um pormenor bem humano: conversando certa vez com Salvador Canals e outros dois da Obra, pede-lhes «uma fotografia do Fundador, para poder mostrá-la ao Papa» Um deles, Julián Urbistondo, leva prontamente a mão ao bolso interior do casaco, puxa da carteira e mostra a Montini uma pequena fotografia do Padre, dessas que têm as bordas serrilhadas. Por um instante duvida se é correcto ou não fazer chegar às mãos do Santo Padre uma fotografia como essa: um tanto amarelecida e com umas palavras escritas por trás... Montini não pode evitar um sorriso de admiração ao ler a curiosa dedicatória que Escrivá traçou no verso da cartolina: «Malandro: como te comportas com os teus pais?»

Pio XII já tinha recebido Álvaro del Portillo duas vezes; e também, em duas ocasiões diferentes, os professores de Direito Orlandis e Canals, além do cientista Jose María Albareda, cuja envergadura intelectual impressionara o Pontífice. Agora prepara-se a primeira audiência do Papa com Mons. Escrivá, que terá lugar poucos dias depois: a 16 de Julho. Pio XII não só conhecia, pois, vários membros da Obra, como desde 1943 rezava nominalmente pelo Fundador e tinha entre os seus livros um exemplar de *Caminho*.

Nessa conversa privada, Escrivá explica ao Papa o que é e o que não é o Opus Dei. Pio XII aconselha-o a pôr-se em contacto com as pessoas que vêm levando a cabo uns trabalhos jurídicos que desembocarão na nova Constituição Apostólica *Provida Mater Ecclesia*. É desse documento que surgirão os *Institutos*

Seculares. O Opus Dei poderá ter assim um certo enquadramento canónico dentro da Igreja. Não é uma fórmula feliz, porque os membros do Opus Dei não vivem nem devem viver o «estado de perfeição», que, no entanto, é plenamente assumido pelos Institutos Seculares. De alguma forma, porém, sanciona-se nela a realidade – até então inédita – da plena entrega a Deus dos leigos, sem deixarem de permanecer no mesmo estado de vida, função e lugar que ocupam no mundo.

Com o Decretum laudis de aprovação do Opus Dei, emitido também por Pio XII apenas três semanas depois, Escrivá obtém o reconhecimento da vocação universal para a santidade que a Obra promove, tanto para homens como para mulheres, para sacerdotes como para leigos: uma mesma vocação, sem graus, sem diferenças, sem escalas e sem promoções.

Para consegui-lo, não teve de servir-se de atalhos nem de desvios de privilegiados: Josemaria Escrivá reza e faz rezar, estuda e faz estudar, trabalha e faz trabalhar. Bate à porta daqueles de quem tem de fazer-se ouvir. Passa horas em muitas, muitíssimas, salas de espera. E fala sempre com a força e a humildade de quem está empenhado em levar para a frente algo que não é uma ambição pessoal, mas um empreendimento querido e requerido por Deus. Essa segurança de que a Obra é divina será, sem dúvida, a chave da sua persuasão.

Mas com a Constituição Provida Mater Ecclesia não é – como logo se veria – a «roupa adequada» para andar pelas ruas do mundo, nel bel mezzo della strada, como pessoas correntes, ordinary people: como outros quaisquer. Por isso, a todo o momento e em todas as circunstâncias, Escrivá afirma com clareza e tenacidade baturras que ele está na dinâmica de uma espera: num «conceder sem ceder, com ânimo de recuperar».

«O Opus Dei – escreverá anos mais tarde – suscitou e resolveu na Igreja de Deus muitos problemas jurídicos e teológicos – digo-o com humildade, porque a humildade é a verdade -, que parecem simples quando estão solucionados: entre eles, este de que não senão uma só classe, ainda que esteja formada por clérigos e leigos».

Pio XII vislumbra um panorama esplêndido: a santidade individual e o apostolado pessoal que o Opus Dei poderá irradiar por toda a terra. Também se apercebe da têmpera espiritual de Josemaria Escrivá e da envergadura divina da sua fundação, que ele mesmo aprovará de modo definitivo em 16 de Julho de 1950. Um pouco mais tarde, em conversa com o cardeal Norman Gilroy, Austrália, o Papa diz-lhe que está profundamente impressionado com uma recente visita de

Escrivá: «É um verdadeiro santo, um homem enviado por Deus para o nosso tempo» («È un vero santo, un uomo mandato da Dio per i nostri tempi»). Nada faz pressentir então as horas amargas, os duríssimos sofrimentos que Josemaria haverá de padecer durante esse pontificado, sem que o Papa o queira.

(...) As suas diligências nas repartições vaticanas continuam com intensidade. É um braço-de-ferro de lógica jurídica, que procura abater velhas muralhas canónicas para abrir um caminho à Obra. Não é fácil. As dobradiças de algumas portas estão oxidadas há muitos séculos. As fórmulas obtidas em 1941, em 1943, e a que se prepara agora, para torná-la oficial em 1947, são as soluções possíveis e as mais adequadas... Ou seja as menos inadequadas. Mas «não havia outra saída: ou se aceitava tudo ou continuávamos sem uma senda por onde caminhar. Realmente, fomos a agulha para enfiar a linha, e a experiência vem-nos confirmando que aqueles que pediram depois a aprovação como Institutos Seculares se encontram à vontade e aceitam com alegria – porque esse é o seu caminho – até as coisas que não combinam com a nossa secularidade: cada dia se vê mais claramente que, deixando a linha, a agulha deve sair do tecido a que agora chamam Institutos Seculares».

(...) A 31 de Agosto Escrivá regressa a Madrid. Leva dois documentos importantes: o breve Cum Societatis e a carta Brevi sane, de louvor aos fins da Obra. E um curioso presente pessoal do Papa, dignas da maior estima: as relíquias completas de Santa Mercuriana e São Síntero, dois mártires cristãos. Pio XII manifesta assim que entendeu a semelhança entre os membros do Opus Dei e aqueles primeiros cristãos; como entendeu também que o chamamento à santidade não tem idade – inicia-o o Espírito Santo, quando invade a alma com o baptismo -, e que na Obra há mulheres e homens, como em qualquer família e como em qualquer porção do povo de Deus: dois corpos separados e distintos, mas animados por uma mesma e única alma.

(...) Em Roma intensificam-se os trabalhos de redacção da Constituição Provida Mater Ecclesia. Acodem muitas visitas ao apartamento de Città Leonina. Na sua grande maioria são personagens eclesiásticas que trabalham nos diversos dicastérios e congregações da Cúria. Mas o Padre sente-se como uma mola comprimida. E não perde um minuto, nem dá ponto sem nó, antes vive num ritmo interior de urgência: a Obra não pode andar ao passo dos homens, mas «ao passo de Deus». A 6 de Dezembro, escreve aos membros da Obra residentes em Madrid: «Todas as nossas coisas andam bem, mas com excessiva calma».

Dois dias depois, é recebido novamente por Pio XII em audiência privada. A 16 do mesmo mês, em outra carta aos seus de Madrid, diz-lhes: «Não vos esqueçais

de que foi na oitava da Virgem que começou a forjar-se a solução de Roma». O Fundador pôde saber que a Santa Sé não só está disposta, mas desejosa de conceder quanto antes a aprovação ao Opus Dei. Convém aproveitar essa oportunidade, mesmo que o que se venha a obter seja provisório. Prosseguem, pois, as diligências.

(...) Em breve começar-se-á a procurar aquela que será a sede definitiva do Opus Dei. Mons. Montini e Mons. Tardini sugerem a Escrivá que se instale perto da Santa Sé: que se arranje uma casa, «e casa ampla», em Roma.

(...) O conselho de Montini e de Tardini é dos mais acertados: convém que se instalem perto da Santa Sé. São várias as razões. É preciso roturar o caminho jurídico. A Obra tem de romanizar-se, o que não é «vaticanizar-se», mas transmitir de Roma a sua genuína entranha universal. Escrivá quer que o Papa sinta a proximidade do seu amor de bom filho e possa contar com a Obra como um instrumento de apostolado laical «que só deseja servir a Igreja, sem se servir dela». (...)

Extraído do livro de Pilar Urbano, *O homem de Villa Tevere: Os anos romanos de Josemaria Escrivá* (trad. port.), São Paulo, Quadrante, 1996, Capítulo 3.